

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas e Clientes,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis do Banco do Estado do Pará S.A., relativo ao semestre findo em 30 de junho de 2016, elaborados em conformidade com os padrões estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários. Este documento traz as principais iniciativas e os resultados alcançados ao longo deste semestre.

1. Ambiente Econômico

A complexidade do cenário econômico internacional se intensificou no 1º semestre de 2016. A decisão de saída do Reino Unido da União Europeia, o chamado Brexit, causou choque na confiança do mercado mundial e, conseqüentemente, impactou nas decisões de investimento e de consumo em escalas globais. Este foi um fato apontado pelo FMI como uma das principais causas de revisões das projeções de crescimento global para baixo. O relatório Panorama Econômico Global (WEO), divulgado em julho, prevê que o crescimento global em 2016 fique em torno 3,1%, inferior aos 3,2% publicados no levantamento de abril. Já para 2017, a perspectiva de aumento é de 3,4%. Com isso, também foram reduzidas pelo FMI as projeções do ritmo de crescimento do PIB da Zona do Euro em um décimo, caindo para 1,6% ao final de 2016. Para os países emergentes (dentre estes o Brasil) as projeções de crescimento do FMI são de 4,1% em 2016 e 4,6% no ano seguinte. Este quadro de turbulências acaba por reduzir o ritmo de expansão do comércio mundial, um dos principais fatores que afeta o crescimento econômico de muitos países.

Enquanto isso, os EUA, que crescem em ritmo modesto, decidiram manter o patamar das taxas de juros do país baixo (entre 0,25% e 0,50%), como forma de se manter cauteloso frente a um cenário de incertezas causadas pela proximidade do período de eleição para presidência e possíveis efeitos do Brexit. De acordo com o Banco Central Americano (FED), no segundo trimestre, a economia continuou expandindo, impactada principalmente pelas vendas no varejo e de moradias, apesar dos investimentos empresariais continuarem fracos e o crescimento do emprego ter diminuído. Para o FMI, a expectativa é que ao final de 2016 a economia dos EUA cresça em torno de 2,2%, e em 2017, 2,5%. A China, por sua vez, apresentou recuperação, crescendo 6,7% no segundo trimestre de 2016, mais que o previsto anteriormente, o que pode vir a melhorar a expectativa de estabilização econômica. Nesse período, o consumo foi uma das molas propulsoras da atividade econômica chinesa. Por esse motivo, manteve-se a projeção de crescimento em 6,6% ao final de 2016 e 6,2% em 2017.

Em relação à economia doméstica, as perspectivas quanto à conjuntura mostram sinais de melhora. Apesar de o FMI ainda apontar recessão em 2016, a expectativa é que economia brasileira tenha queda 3,3% em 2016, ante uma queda de 3,8% estimada em abril, e alta de 0,5% em 2017. De acordo com dados divulgados pelo Banco Central (BCB), o Brasil apresentou contração no Índice de Atividade Econômica (IBC-Br - dessazonalizado), que no acumulado de 12 meses até maio registrou queda de 5,32%, ritmo de redução menor do que o registrado no período anterior, 5,78%.

Com relação à inflação para o final de 2016, a expectativa é que ainda não seja alcançada a meta de 4,5%, inclusive ficando acima do teto de 6,5% pelo segundo ano consecutivo (estipulado pelo Conselho Monetário Nacional - CMN), chegando em 2016 a 7,27% e a 5,43% em 2017. A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulou alta de 4,42% no primeiro semestre e de 8,84% nos últimos doze meses até junho/2016, corroborando com as perspectivas de que o índice encerre o ano acima do teto da meta.

No cenário paraense, no primeiro semestre de 2016, manteve-se o processo de desaceleração, porém ainda em níveis melhores do que os apresentados pelo cenário nacional. O Índice de Atividade Econômica do Pará mensurado pelo Banco Central apresentou queda de 0,57% em maio comparado a abril, e no acumulado de 12 meses a variação foi negativa em 2,66%. Esses percentuais podem ser traduzidos, dentre outros fatores, pelas receitas do comércio varejista, que apresentaram queda de 5,03% em relação a abril, e também as receitas com serviços, que registraram no mesmo período recuo de 0,08%, movimento que reflete um ambiente de confiança reduzida dos agentes econômicos.

Já a produção industrial, que apesar de também ter apresentado no mês desempenho negativo (1,85%), teve a redução atenuada pelo bom comportamento da indústria extrativa mineral, especialmente com o aumento das quantidades exportadas de minério de ferro, que fizeram com que o índice registrasse nos primeiros cinco meses do ano aumento de 5,95%, enquanto em nível nacional apresentou queda de 0,89%.

Quanto à inflação, o IPCA da região Metropolitana de Belém calculado pelo IBGE para o mês de junho apontou a segunda maior variação dentre as demais regiões metropolitanas observadas. No acumulado de 12 meses, atingiu 9,16%. Os gastos com saúde e cuidados pessoais estão entre os principais motivos do aumento do índice, sendo a variação mais expressiva no mês de junho (1,11%), também merecendo destaque as despesas com vestuário (0,89%). Já o INPC da Grande Belém, atingiu no acumulado de 12 meses 9,51%, ficando inclusive acima da média nacional. Os itens que mais impactaram a variação do índice foram as do grupo de Saúde e Cuidados (variação de 1,08%).

2. Rating

Após a última revisão da Standard & Poor's em 14 de março de 2016, a Avaliação do Risco da Indústria Bancária (Banking Industry Country Risk Assessment ou BICRA) do Brasil, passou do "grupo 5" para o "grupo 6", e também a âncora dos bancos que operam somente no Brasil, passou de 'bbb-' para 'bb+', ação esta que refletiu na revisão de ratings de várias instituições financeiras no País, dentre elas o Banpará, a S&P alterou o rating do Banpará em escala nacional de brA+/brA-1 para brA/brA-2, e também em escala global, passando de BB/B para BB-/B, ambas com perspectiva "negativa". Por sua vez, a Agência Moody's após revisão em 17 de maio de 2016, alterou o rating de curto prazo de depósito na escala nacional que foi repositionado, passando de BR-2 para BR-1, esta alteração ocorreu devido a atualização e mudança no mapa de equivalência dos ratings da escala global (GSR) para a escala nacional (NSR).

Standard & Poor's						
Perfil de Crédito Individual	Escala Global				Escala Nacional	
	Moeda Local		Moeda Estrangeira		Nacional	
	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo
BB	BB-	B	BB-	B	brA	brA-2

Moody's Investors Service						
Avaliação de Risco da Contraparte	Escala Global				Escala Nacional	
	Moeda Local		Moeda Estrangeira		Nacional	
	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo
Ba2(cr)	Ba3	NP	Ba3	NP	A2,br	BR-1

3. Destaques Banpará

No 1º semestre de 2016, o Banpará passou a estar presente em 90 municípios paraenses e ao alcance de cerca de 83% da população do Estado. Neste período, foram inauguradas 04 (quatro) novas agências nos municípios de Curralinho, Medicilândia, Ourilândia do Norte e Tucumã. Além das inaugurações, o Banco também investiu na melhoria das instalações atuais, transformando em agência os postos de atendimento nas cidades de Abel Figueiredo, Água Azul do Norte, Anapu, BrejoGrande do Araguaia, Cururá, Primavera, Santo Antonio do Tauá, Sapucaia e Vitória do Xingu.

Essa estratégia de expansão da rede que o Banpará vem executando ao longo dos últimos anos tem como foco a melhoria no atendimento da população do Estado e atingir localidades muitas vezes não atendidas por instituições financeiras, permitindo a dinamização da economia local e estimulando a bancarização da população paraense. Para sustentar a ampliação e melhoria da rede, o Banco tem investido também em seu corpo funcional. Foram contratados nessa primeira metade do ano 64 novos funcionários, que irão receber a capacitação adequada para o início de suas atividades no Banpará.

Além da expansão física, o Banco também proporcionou aos seus clientes ampliação no tempo de utilização dos caixas eletrônicos, Internet e Mobile Banking. O horário para pagamento de contas foi estendido para as 20h, trazendo mais comodidade aos clientes do Banco.

Merece destaque ainda a evolução das operações de crédito do Banpará. No acumulado de 12 meses até abril de 2016, o Banco apresentou crescimento de 13,7%, contramão da variação registrada no Estado do Pará, redução de 0,2% no mesmo período de comparação. A participação no mercado de crédito do Estado aumentou de 13,1% para 14,9% em 12 meses, ficando o Banpará atrás apenas dos dois grandes bancos públicos federais. Com relação aos depósitos a prazo, o Banpará possui a maior participação do mercado paraense (30,9% em abril de 2016) quando comparado aos principais bancos com atuação no Pará, incluindo públicos e privados (Fonte: ESTBAN – Estatística Bancária do Banco Central).

4. Expectativas

Em se cumprindo as projeções orçamentárias, o Banpará encerrará o ano de 2016 com crescimento de 12,3% em sua carteira de crédito, patamar bastante superior às estimativas de mercado divulgadas pelo Banco Central, que preveem evolução do crédito no Brasil em torno de 1%. Esta estimativa deve então confirmar o que historicamente se registra, o crescimento das operações do Banpará em níveis que superam o mercado nacional e também o mercado paraense.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

O desempenho econômico-financeiro do Banpará decorre de ações vinculadas ao planejamento estratégico 2015-2019, que visam à geração de resultados sustentáveis, com vistas à melhor relação entre risco e retorno. O desempenho positivo tem fornecido retornos significativos a seus acionistas. Sua tendência pode ser constatada por meio de vários números e indicadores, apresentados na Divulgação dos Resultados trimestralmente

5.1. Principais Indicadores

O lucro líquido do Banpará totalizou R\$74.049 mil no primeiro semestre de 2016, 60,5% acima do registrado no mesmo período de 2015. O lucro por ação foi de R\$7,78. O Patrimônio Líquido alcançou R\$753.191 mil, uma expansão de 23,9% em relação ao mesmo período do ano de 2015, com retorno anualizado sobre o patrimônio líquido médio de 32,2%.

As receitas com intermediação financeira totalizaram R\$704.617 mil, registrando um crescimento de 8,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. Este desempenho é justificado pelo crescimento das rendas de operações de crédito que, incluindo as recuperações, representam 88% das receitas de intermediação financeira.

No primeiro semestre de 2016, as despesas de intermediação financeira atingiram R\$257.365 mil uma diminuição de 8,3% em comparação ao mesmo período do ano de 2015. A diminuição observada deu-se em virtude da redução nas despesas de provisão para perdas em operações de crédito, que no primeiro semestre de 2016 totalizaram R\$39.773 mil, apresentando um decréscimo de 51,1% em relação ao mesmo período de 2015.

O resultado da intermediação financeira atingiu o montante de R\$447.252 mil no primeiro semestre de 2016, um aumento de 21,8% em relação ao mesmo período de 2015.

As receitas de serviços, incluindo as rendas de tarifas bancárias, totalizaram R\$38.389 mil no fechamento do primeiro semestre de 2016, um crescimento de 14,9% se comparado com o valor alcançado no primeiro semestre de 2015.

As despesas gerais de 2016 (pessoal, administrativas e tributárias) somaram R\$295.412 mil até junho, um acréscimo de 18,8% em comparação ao mesmo período de 2015. As despesas de pessoal atingiram R\$137.312 mil, um aumento de 19,8% em relação ao primeiro semestre de 2015.

As despesas administrativas apresentaram saldo de R\$131.585 mil neste primeiro semestre de 2016, equivalente a uma evolução de 18,8% em relação ao apresentado no mesmo período de 2015, conseqüência do aumento dos custos de aluguéis de imóveis, segurança e vigilância armada, refletindo a expansão do banco neste semestre.

O índice de eficiência operacional para o primeiro semestre de 2016 foi de 55,4%, uma queda de 0,6 pp. em relação ao mesmo período do ano anterior, reflexo do aumento das despesas gerais decorrente da estratégia de crescimento do banco. Este índice acumulado dos últimos 12 meses foi de 55,6%.

O índice de cobertura para o primeiro semestre de 2016 foi de 28,0%, uma queda de 1 pp. em relação ao mesmo período do ano anterior. Este índice acumulado dos últimos 12 meses foi de 28,3%.

5.2. Ativos e Passivos

Em 30 de junho de 2016, os ativos totais alcançaram R\$5.645.931 mil, equivalente a um crescimento de 8,2% quando comparado ao registrado em junho de 2015. Os ativos tiveram aumento devido principalmente aos saldos de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Operações de Crédito, que aumentaram 33,6% e 12,7% respectivamente em relação ao primeiro semestre de 2015. No primeiro semestre de 2016, o índice de retorno sobre os ativos médios foi de 4,0%, maior que o do mesmo período do ano anterior, que foi de 2,9%.

5.2.1. Carteira de Crédito

No primeiro semestre de 2016, a carteira de crédito alcançou R\$3.595.621 mil, incremento de 9,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa representa ao final do primeiro semestre de 2016, 4,36% da carteira de crédito, uma diminuição de 1,58 p.p. em relação ao observado no mesmo período de 2015.

O saldo da carteira de crédito comercial Pessoa Física, em junho de 2016, foi de R\$ 3.571.631 mil que representa um incremento de 11,7% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os empréstimos consignados correspondem a 68,6% da carteira de empréstimos e o financiamento ao consumo representa 30,8%. Os funcionários públicos do Estado e pensionistas representam 91,6% da carteira de consignados.

Em 30 de junho de 2016, o índice de inadimplência das operações vencidas acima de 90 dias representam 0,9% da carteira de crédito, com um índice de cobertura de 458,1%, isto é, o valor que o Banco mantém para fazer face às perdas prováveis é mais que 4,5 vezes a inadimplência do período.

5.2.2 Depósitos

O volume dos depósitos no primeiro semestre de 2016 totalizou R\$4.120.124 mil contra R\$4.134.432 mil registrados no mesmo período de 2015, representando uma leve redução de 0,34%, que é justificada, principalmente, pelos vencimentos de todas as operações em DPGE no mês de Fevereiro/2016 e também saques em depósitos de poupança.

Analisando os depósitos por tipo de cliente, destacamos os depósitos de PF, PF LIGADA e PJ, que cresceram 9,7%, 281,7% e 21,5%, respectivamente, quando comparado junho do ano 2015.

O volume total de depósitos a prazo apresentou um crescimento de 14,5%, já os Depósitos à Vista reduziram 26,5%, em relação ao ano anterior, redução impactada, principalmente, pelo crescimento do CONTA MAIS, que fechou o segundo trimestre com o saldo de R\$260.366 mil.

Os Depósitos Interfinanceiros apresentaram variações positivas em decorrência dos esforços em novas captações, fechando o trimestre com um crescimento de 87,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, já os Depósitos de Poupança apresentaram uma pequena redução de 2,4% em relação ao mesmo período de 2015.

A estrutura de depósitos do Banco, no segundo trimestre de 2016, é composta da seguinte forma:

Depósitos	2016	2015
Depósito à vista	15,69%	21,28%
Depósitos de Poupança	18,53%	18,91%
Depósitos Interfinanceiros	7,28%	3,86%
Depósito a prazo	58,50%	50,90%
Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE	0,00%	5,04%
	100%	100%

5.2.3 Letra Financeira

As novas captações através de Letras Financeiras permanecem gerando variações positivas, fechando o primeiro semestre de 2016 com o saldo de R\$242.682 mil contra R\$172.462 mil registrados no mesmo período de 2015, representando um aumento de 40,7%.

6. Relacionamento com Clientes e Canais

Comprometido com a excelência no atendimento de seus clientes e usuários e com o desenvolvimento socioeconômico do Estado do Pará, o Banpará vem ampliando sua rede atendimento, possibilitando a inserção da população paraense no mercado financeiro, estando presente em 90 municípios paraenses.

Discriminação	Capital	Interior	Total
Agências	15	87	102
Postos de Atendimento	19	14	33
Caixa Deslocado	5	4	9
PAE	68	19	87
Pontos de Atendimento – Rede Própria	107	124	231
Municípios Atendidos			90

Além de sua rede própria, o Banpará disponibiliza aproximadamente 19 mil pontos de atendimento espalhados por todo Brasil, em parceria com o Banco-24horas e 122 terminais da Rede Saque Pague, distribuídos pelo Estado do Pará. Desta maneira viabiliza aos seus clientes e usuários a possibilidade de utilizar os serviços do Banco em todo o território nacional.

7. Gestão Corporativa

7.1. Gestão de Riscos

O Banpará desenvolve suas atividades de gestão de riscos e de capital de acordo com os padrões recomendados pelo Acordo de Basileia e em consonância com as melhores práticas de mercado.

Os eventos de riscos são identificados, mapeados e mensurados. Para a mitigação são promovidas atualizações e aprimoramento contínuo das políticas, dos processos e dos sistemas de gerenciamento de riscos, com foco nos objetivos estratégicos da Instituição. Quanto ao gerenciamento de capital, o banco adota postura prospectiva visando antever a necessidade de capital para fazer face às estratégias de negócios, inclusive considerando a realização de testes de estresse e contingências de capital.

Referente à exigência mínima de capital estabelecida pelo órgão regulador, que corresponde ao Índice de Basileia, a qual espelha a relação entre o capital da instituição e o volume exposto aos riscos de suas operações, o Banpará encerrou o primeiro semestre de 2016 com índice de 20,44% bem acima dos 11,13% estabelecidos pelo Bacen, demonstrando um índice de solvabilidade capaz de cobrir suas exposições aos riscos, sem comprometer sua margem operacional.

Informações detalhadas sobre a gestão de risco de mercado, liquidez, crédito e operacional podem ser consultadas nos relatórios de riscos disponíveis no sítio de Relações com Investidores/Governança Corporativa: www.banpara.b.br.

7.2. Controles Internos e Compliance

As áreas de Controles Internos e Compliance são responsáveis por disseminar a cultura de controles internos e compliance na instituição, com a finalidade de assegurar que as atividades sejam conduzidas em um ambiente de controle adequado à legislação vigente e alinhadas às boas práticas bancárias, bem como de realizar o monitoramento dos processos desenvolvidos no Banpará e a verificação da conformidade das atividades em consonância com as leis, normas e regulamentos externos e internos, articulando-se com os responsáveis pelas unidades para avaliação, validação e certificação dos controles definidos para os produtos, serviços e processos, alinhando-se às melhores práticas de mercado e às regras estabelecidas pelos órgãos fiscalizadores.

No Banpará, a gestão de risco operacional e controles internos acontecem de modo integrado, estruturada segundo o Coso II, com foco no adequado gerenciamento dos riscos corporativos e no alcance dos objetivos estratégicos, por meio de instrumentos capazes de identificar, avaliar e monitorar os riscos, gerenciando os recursos e buscando reduzir as ocorrências de perdas relacionadas a pessoas, processos, sistemas e eventos externos.

As fragilidades identificadas por ocasião da rotina de controles internos são

acompanhadas por meio dos planos de ação, ativados para correção e minimização dos respectivos riscos, havendo também a aplicação das autoavaliações em todas as unidades, bem como a monitoração do cumprimento dos normativos internos e externos encaminçados aos diversos gestores, possibilitando, desse modo, a construção e a manutenção da efetividade e a consistência dos controles internos de acordo com a natureza, complexidade e risco das operações efetuadas, com a finalidade de atingir as metas estratégicas, seguindo a Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Alta Administração, e conforme os parâmetros definidos pelo Mercado Financeiro.

Com relação à prevenção à lavagem de dinheiro (PLD), as instituições financeiras desempenham um papel fundamental na prevenção e no combate aos atos relacionados à lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo, por isso o Banpará prossegue adotando procedimentos internos de controle em conformidade com a legislação vigente, política Institucional de PLD e melhores práticas nacionais e internacionais, sobretudo considerando as políticas de Identificação de Cliente, Conheça seu cliente, Conheça Seu Parceiro, Conheça Seu Funcionário, Avaliação de Novos Produtos e Serviços e procedimentos de Monitoramento de Transações e Comunicação de Operações/Situações Suspeitas, com o objetivo de manter a transparência, ética e legalidade de suas ações, bem como a proteção de sua imagem perante a sociedade em geral. Assim, no 1º semestre de 2016, foram rastreadas movimentações de valor igual ou superior a dez mil reais, com sinalização de clientes para aplicação da política "Conheça seu Cliente" e comunicação de movimentações atípicas e sem justificativa plausível aparente ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), conforme preceitua a Lei 9.613/98, Art.11, item II, § 2º, comunicação de boa-fé.

7.3. Segurança Empresarial e da Informação

A segurança empresarial no Banpará, sempre buscando as melhores práticas, tem por pressuposto a proteção dos bens (físicos e pessoais), das instalações e das informações da empresa, atuando tanto preventiva quanto reativamente, assegurando através de suas técnicas, conhecimentos e sistemas, a segurança e a disponibilidade necessárias às atividades fins da instituição. Assim, além de atuar sob três vertentes, quais sejam: Segurança da Informação; Segurança Física e Patrimonial; e Prevenção e Combate à Fraude Eletrônica, a Segurança Empresarial do Banpará busca os meios protetivos necessários à continuidade do negócio, através de seus Planos de Continuidade – PCN e Plano de Recuperação de Desastres – PRDs. Tudo constituído por um conjunto de controles, representados por procedimentos, processos, estruturas organizacionais, políticas e normas, além de soluções de Tecnologia da Informação.

7.4. Tecnologia da Informação

Com o intuito de atender às diretrizes estabelecidas no Planejamento Estratégico da Instituição (PEI), relativo ao quinquênio 2015/2019 e no Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) do mesmo período, foram definidos macro objetivos específicos para a área de Sistemas de Tecnologia da Informação (TI), sendo que as ações estratégicas realizadas no 1º Semestre de 2016, foram: Projeto de Implantação dos Serviços do Sistema SCRC no Barramento de Serviços Corporativos; Execução o Programa de Adoção SOA que tem como objetivo a adequação da estrutura de integração entre sistemas do Banpará para a nova arquitetura implantada; Definição da Arquitetura padrões de construção bancos de dados, linguagens de programação de aplicações e plataforma de desenvolvimento; Controle de Aderência ao processo de Desenvolvimento de Software.

Considerando a perspectiva apresentada de forma resumida neste documento, há um conjunto de ações em andamento para que sejam atendidos os objetivos estratégicos, apresentados em momentos anteriores, e permitam o pleno atendimento dos compromissos assumidos pelo Banpará.

7.5. Ouvidoria

Por representar o comprometimento desta Instituição com os usuários, a Ouvidoria Banpará cumpre dar o devido tratamento às demandas recebidas, sobre todos os temas, na sua maioria, aos produtos e serviços prestados por este Banco. Nesse sentido, a Ouvidoria atua ativamente na prevenção de conflitos, sendo a 2ª instância de solução das demandas, garantindo conquistas que refletem o comprometimento desta Instituição Financeira, o respeito aos direitos do consumidor, a busca constante pela excelência no atendimento e bom relacionamento com a sociedade.

De forma imparcial, transparente e célere, zela pelo cumprimento dos normativos internos e externos, na busca por solução para as demandas, por meio de respostas claras, objetivas e satisfatórias, e enquanto unidade auxiliar na solução dos problemas apontados pelas demandas recebidas, contribui para a fidelização dos clientes, pela oportunidade de conhecer suas necessidades, pelo interesse e seriedade dedicados ao tratamento de suas insatisfações com a Instituição, cujos resultados implicam diretamente na prevenção do nível de confiança e de imagem desejável.

De acordo com a Resolução nº 4.433/2015, cumpre rigorosamente o prazo de resposta das demandas, no máximo, 10 (dez) dias úteis e acompanha e põe em prática, as alterações das Resoluções e Cartas Circulares do Banco Central do Brasil.

A Ouvidoria, representa o comprometimento desta Instituição, busca constantemente o aprimoramento de seu relacionamento com os diversos públicos atendidos, objetiva ser unidade colaboradora nas implementações de melhorias nos diversos setores internos, refletindo na boa imagem Institucional e na sociedade.

Quanto à procedência das demandas, temos as demandas julgadas procedentes solucionadas, estas, são objeto de análises mais detalhadas e submetidas à Alta Administração deste Banco, que poderão resultar na correção ou reformulação de procedimentos e controles operacionais, para o melhoramento dos processos de gestão, especialmente na diminuição do índice de reclamação.

8. Recursos Humanos

As atividades de capacitação e aperfeiçoamento do corpo funcional estão vinculadas às diretrizes do Planejamento Estratégico da Instituição e são prioridade para o Banco no ano de 2016.

Com objetivo institucional de promover o desenvolvimento profissional de seus empregados, e desta forma influenciar diretamente na melhoria da qualidade e eficiência dos produtos e serviços ofertados pelo Banco, a instituição investiu no primeiro semestre de 2016 o valor total de R\$ R\$558 mil; ofertando 700 vagas em treinamentos, cursos, palestras, capacitações e congressos na Capital e fora do Estado, voltados às áreas de Tecnologia, Auditoria, Recursos Humanos, Contabilidade, Marketing, Câmbio, Financeira, Jurídico, Comercial, Planejamento, Gerenciamento de Risco e Compliance, com destaque especial para o curso Finanças para Bancos, com início em maio de 2016, distribuídos em 12 módulos e para o Programa de Formação de Líderes – PFL, realizado nos polos Belém, Castanhal, Santarém e Marabá.

No Programa de Desenvolvimento Educacional do Banpará – PDEB, 96 empregados foram contemplados, sendo 50 empregados beneficiados com cursos de Graduação e 46 em Pós- Graduação, com investimentos de R\$200 mil.

O quadro funcional foi ampliado em 64 (sessenta e quatro) novos empregados, os quais participarão do curso de Integração e Capacitação para Novos bancários, com o objetivo de adquirir conhecimentos voltados à atividade bancária, políticas internas, informações sobre as principais leis e normas que regem as atividades da empresa, regras de negócios de produtos e serviços bancários e demais aspectos da rotina do Banco. Cursos como o de Formação de Caixa Executivo, Ética, Assésio

Moral e temas afins, foram ministrados para consolidar a formação do novo bancário que ingressa na empresa.

9. Sustentabilidade

O Banpará destaca as ações realizadas durante o primeiro semestre de 2016 em prol da responsabilidade socioambiental:

a. Desenvolvimento do Programa Ambiente Amigo junto aos seus funcionários voltado à educação ambiental, buscando implantar e divulgar práticas sustentáveis, através de campanhas educativas, com o objetivo de sensibilizar seus funcionários e colaboradores para mudanças nos padrões de consumo dos recursos naturais e materiais;

b. Programa de coleta seletiva de papel e plástico envolvendo a Associação de Catadores da Coleta Seletiva de Belém – ACCSB e a Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis Visão Pioneira de Icoaraci – COCA-VIP, auxiliando na geração de renda para os coletores e contribuindo para a preservação do meio ambiente;

c. Concessão de R\$9.874 mil para micro e pequenos empreendimentos alcançando 80 municípios paraenses e beneficiando 2.753 pessoas somente no 1º semestre de 2016, através do seu programa de microcrédito Banpará Comunidade que há 14 anos incentiva a manutenção dos micro e pequenos negócios no Estado do Pará;

d. Utilização de práticas de TI Verde, que tornam o uso da computação mais sustentável e menos poluidor;

e. Utilização de práticas sustentáveis na contratação de fornecedores, na aquisição de móveis e equipamentos e nas instalações/ampliações das novas unidades, tais como: contratação de fornecedores que atenda às diretrizes da Lei 8666/1993, regulamentada pelo Decreto 7.746/2012, que rege diversos critérios de sustentabilidade como o respeito aos direitos humanos e a práticas trabalhistas, contratação de portadores de necessidades especiais, maior eficiência na utilização de recursos naturais, origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras, dentre outros;

10. Informações Legais

10.1. Circular nº 3.068/2001

O Banpará declara ter capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento", no montante de R\$143.361 mil, representando 21,6% do total de títulos e valores mobiliários.

10.2. Auditoria Independente

Em cumprimento ao contido no art. 2º, da Instrução CVM nº 381/2003, destaca-se que os serviços prestados pela empresa de auditoria KPMG Auditores Independentes abrangem, exclusivamente, os de Auditoria Externa.

Agradecimentos

Agradecemos nossos acionistas e clientes pela confiança na Instituição, e ao Governo do Estado do Pará pelo apoio recebido. Aos empregados e colaboradores, o agradecimento especial pelos resultados e as conquistas positivas alcançadas no 1º semestre de 2016.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS AO 1º SEMESTRE, FIM DO EM 30 DE JUNHO DE 2016. (EM MILHARES DE REAIS)

BALANÇO PATRIMONIAL			
	Nota	30.06.2016	30.06.2015
ATIVO			
Circulante		3.244.159	2.937.882
Disponibilidades	3.d	160.020	176.085
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	771.274	577.077
Aplicações no mercado aberto		386.727	482.288
Aplicações em depósitos interfinanceiros		384.547	94.789
Títulos e valores mobiliários	5	518.907	600.911
Carteira própria		508.016	524.439
Vinculados a compromisso de recompra		4.577	73.011
Vinculados a prestação de garantia		6.314	3.461
Relações interfinanceiras	6	118.856	107.313
Pagamentos e recebimentos a liquidar		8.098	8.053
Depósitos no Banco Central		109.900	98.399
Correspondentes		858.861	-
Operações de crédito	7	1.469.601	1.303.366
Setor privado		1.537.730	1.387.645
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(68.129)	(84.279)
Outros créditos	8	201.255	169.336
Carteira de Câmbio		-	1.029
Rendas a receber		1.176	1.364
Diversos		206.168	172.729
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)		(6.089)	(5.786)
Outros valores e bens		4.246	3.794
Outros valores e bens		3.210	4.034
(Provisões para desvalorizações)		(1.578)	(2.484)
Despesas antecipadas		2.614	2.244
Realizável em longo prazo		2.278.386	2.164.218
Títulos e valores mobiliários	5	143.361	277.154
Carteira própria		143.361	277.154
Relações interfinanceiras	6	55.743	52.913
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		55.743	52.913
Operações de crédito	7	1.936.010	1.737.903
Setor privado		2.023.722	1.847.138
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(87.712)	(109.235)
Outros créditos	8	143.272	96.248
Diversos		143.272	96.248
Permanente		123.386	114.815
Investimento		33	33
No exterior		4	4
Outros investimentos		167	167
(Provisão para perdas)		(138)	(138)
Imobilizado de uso	9	52.985	58.993
Imóveis de Uso		46.156	45.839
Outras imobilizações de uso		101.064	97.829
(Depreciações acumuladas)		(94.235)	(84.675)
Intangível		70.368	55.789
Ativos intangíveis		89.190	67.632
(Amortização acumulada – intangível)		(18.822)	(11.843)
TOTAL DO ATIVO		5.645.931	5.216.915
PASSIVO			
Circulante		4.070.900	4.116.930
Depósitos	10	3.355.091	3.820.348
Depósitos à vista		646.463	879.603
Depósitos de poupança		763.233	781.767
Depósitos interfinanceiros		299.748	159.703
Depósitos a prazo		1.645.647	1.999.275
Captação no mercado aberto		274.567	73.039
Carteira própria		4.566	73.039
Carteira de terceiros		270.001	-
Relações interfinanceiras		24.046	23.021
Recebimentos e pagamentos a liquidar		23.846	22.823
Correspondentes		200	198
Relações interdependências		414	419
Recursos em trânsito de terceiros		414	419
Emissão de títulos	11	190.435	7.270
Recursos de letras financeiras		190.435	7.270
Obrigações por empréstimos		-	950
Empréstimo no exterior		-	950
Obrigações p/ repasse no País – Instt. Oficiais		675	1.019
BNDES		675	1.019
Outras obrigações	12	225.672	190.864
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		23.779	21.974
Sociais e estatutárias		173	121
Fiscais e previdenciárias		25.631	24.489
Diversas		176.089	144.280
Exigível em longo prazo		821.840	492.207
Depósitos	10	765.033	314.084
Depósitos a prazo		765.033	314.084
Emissão de títulos	11	52.247	165.192
Recursos de letras financeiras		52.247	165.192
Outras obrigações	12	4.560	12.931
Diversas		4.560	12.931
Patrimônio líquido	13	753.191	607.778
Capital social		691.762	480.478
Reserva de lucro		-	88.838
Lucros acumulados		61.429	38.462
Total do Passivo		5.645.931	5.216.915

b. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de demonstrações dos fluxos de caixa (conforme disposto na Resolução nº 3.604/08 do CMN), caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e de aplicações interfinanceiras de liquidez imediatamente conversíveis, ou com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança em seu valor justo.

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, o valor de caixa e equivalentes de caixa é composto pelos seguintes valores: caixa, depósitos bancários, aplicações no mercado aberto e em depósitos interfinanceiros, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizadas pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, o valor de caixa e equivalentes de caixa é

Rubricas correspondentes	30.06.2016	30.06.2015
Disponibilidades em moeda nacional	159.588	175.950
Disponibilidades em moeda estrangeira	432	135
Total de disponibilidades (caixa)	160.020	176.085
Aplicações interfinanceiras de liquidez	359.948	482.288
Total de caixa e equivalentes de caixa	519.968	658.373

composto pelos seguintes valores:

c. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

d. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão registrados e classificados de acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001, que estabeleceu os critérios de avaliação e classificação contábil para esses papéis. O Banco possui papéis classificados em:

I. Títulos para negociação: adquiridos com o propósito de serem vendidos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período; Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial, no ativo circulante, independente de suas datas de vencimento.

II. Títulos mantidos até o vencimento: adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. O registro dos "Títulos mantidos até o vencimento" em circulante e não circulante foi definido de acordo com os seus respectivos prazos de vencimento.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

Os rendimentos dos títulos, calculados pro-rata dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, são apropriados ao resultado do exercício, independentemente da categoria em que são classificados.

O Banco, em 30 de junho de 2016, não possui papéis classificados na categoria disponível para venda; assim como não existiam em 30 de junho de 2015.

e. Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2016, assim como em 30 de junho de 2015, o Banco não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

f. Relações interfinanceiras

Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina do Banco, assim como não estão incluídos nas disponibilidades.

Compensação de Variação Salarial - CVS são títulos recebidos do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). O FCVS, criado por intermédio da Resolução nº 25, de 16 de junho de 1967, do Conselho de Administração do extinto Banco Nacional da Habitação (BNH), tem como função garantir, perante os bancos/agentes financeiros, a quitação do saldo remanescente dos contratos de financiamento imobiliário residencial decorrente do descasamento entre os índices de inflação, utilizados para corrigir monetariamente os valores dos contratos, e os reajustes salariais.

Os créditos são mantidos ao seu valor nominal atualizado, dada a intenção, por parte da Administração, de manter até seu vencimento os títulos CVS a que esses créditos serão convertidos.

g. Operações de crédito

Constituídas, basicamente, de empréstimos e financiamentos com operações efetuadas a taxas pré e pós-fixadas, as operações de crédito encontram-se demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações.

Todas as operações de crédito têm os seus riscos classificados de acordo com julgamento da Administração, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

As operações de crédito são registradas a valor presente, calculadas pro-rata dia com base no indexador e na taxa de juros pactuados. A atualização das operações de crédito vencidas até o 5º dia é contabilizada em contas de operações de crédito, a partir do 6º dia, em rendas a apropriar, e somente serão apropriadas ao resultado quando efetivamente forem recebidas.

Os riscos das operações ativas renegociadas são definidos conforme critério da Resolução nº 2.682/99 do CMN, ou seja, permanecem no rating que se encontram antes da renegociação e as renegociações de operações de crédito que foram anteriormente baixadas contra a provisão, que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos-provenientes da renegociação somente serão reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas conforme as normas e instruções do BACEN, associadas a avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e controlada em contas de operações do BACEN, associadas a avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

Em 30 de junho de 2016, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999 (Nota 7.2).

i. Outros Créditos – Operações com Cartão de Crédito

Os valores a faturar estão representados por valores a receber dos usuários de cartão de crédito pela utilização em estabelecimentos conveniados às bandeiras MasterCard e Bcard (bandeira própria).

Estes valores são contabilizados em títulos e créditos a receber, com característica de concessão de crédito. (Nota 8c).

j. Outros valores e bens

Compostos, basicamente, por bens não de uso próprio, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, classificados como bens recebidos em dação de pagamento e registrados pelo valor contábil do empréstimo ou financiamento. É mantida provisão para desvalorização de 50% do valor de custo.

Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorrido. Segundo a Circular do Banco Central do Brasil (BACEN) nº 909 de 11 de janeiro de 1985, o Banco deve dispor desses ativos no prazo de um ano após o seu efetivo recebimento e despesas antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

Com relação aos bens em regime especial, cujo prazo de alienação extrapole um ano, aplica-se o percentual de 100% como provisão para perdas com desvalorização.

k. Investimentos

Os investimentos estão registrados inicialmente pelo custo de aquisição, retificados por provisões para perdas por desvalorização, quando aplicável.

l. Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controle dos bens para a entidade.

O ativo imobilizado do Banco é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais: imóveis de uso - 4% ao ano; instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - 10% ao ano; sistemas de transporte - 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados - 20% ao ano, e ajustado por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

A Administração do Banco entende serem essas taxas que melhor espelham a depreciação do seu imobilizado pelo uso, ação do tempo e desgaste por obsolescência.

A composição dos valores dos custos dos bens e suas depreciações correspondentes estão apresentadas na Nota 09.

m. Intangível

As provisões para imposto de renda, contribuição social, PIS/PASEP e COFINS, constituídas O intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade, inclusive aqueles correspondentes à prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de acordo com a Resolução CMN nº 3.642, de 26 de novembro de 2008.

Esse grupo está representado por aquisição de software. São registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso, e ajustado por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

Gastos com o desenvolvimento interno de software são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir e utilizar tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuídos ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados.

A amortização é calculada pelo método linear às taxas divulgadas na Nota 09.

n. Redução ao valor recuperável de ativos

Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperado. A partir do exercício de 2008, esse procedimento passou a ser realizado anualmente. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas no resultado.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros, exceto outros valores, bens e créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (impairment). Caso seja detectada uma perda, esta é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

o. Depósitos e captações, no mercado aberto

Depósitos e captações no mercado aberto - são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro-rata dia.

A composição dos papéis registrados em depósitos e captações no mercado aberto, bem como seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado, estão apresentados na Nota 10.

p. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de eventos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de direitos futuros. A mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Deliberação nº 594/09 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Resolução CMN nº 3.823/09, que determinam:

• Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, exceto quando a Administração possui evidências de que há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

• Os passivos contingentes decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao normal desenvolvimento das negociações com órgãos públicos, exceto em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

• Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - são derivadas de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas Demonstrações Financeiras.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 12.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	NOTA	30.06.2016	30.06.2015
Receita da intermediação financeira		704.617	647.927
Operações de crédito		7.4 618.470	

Continuação das NOTAS EXPLICATIVAS:

q. Tributos

As provisões para imposto de renda, contribuição social, PIS/PASEP e COFINS, constituídas à alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo:

Tributos	Aliquotas
Imposto de renda	15%
Adicional de imposto de renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro – até agosto de 2015	15%
Contribuição Social sobre o Lucro – a partir de setembro de 2015	20%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%
ISS	5%

A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei no 13.169/15, retomando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases, observando-se a alteração da alíquota da CSLL conforme Lei nº 13.169/15. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.555/2006 e CMN nº 4.192/2013, e não suportados por estudo de capacidade de realização.

r. Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos por competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego, relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica, de responsabilidade do Banco, são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos na forma da Deliberação CVM nº 695/2012.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial. Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente na Instituição patrocinadora. Sendo assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrerem ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

s. Outros ativos e passivos

Demais passivos circulantes e não circulantes - são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, ajustados ao seu valor presente.

As férias, vencidas e proporcionais, os abonos e as folgas estão integralmente provisionados mensalmente, incluindo-se os encargos aplicáveis.

t. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das Demonstrações Financeiras e a data de autorização para a sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das Demonstrações Financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das Demonstrações Financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente relevante para as Demonstrações Financeiras encerradas em 30 de junho de 2016.

u. Demonstrações do valor adicionado

O Banco elaborou demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações Financeiras.

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez têm a seguinte composição:

Títulos	30.06.2016	30.06.2015
Aplicações no mercado aberto (a)	386.727	482.288
Posição bancada (a):	117.091	482.288
Letras Financeiras do Tesouro	11.003	36.501
Letras do Tesouro Nacional	2.099	166.358
Nota do Tesouro Nacional	103.989	279.429
Posição financiada (a)	269.636	-
Notas do tesouro nacional	269.636	-
Aplicações em Depósitos interfinanceiros:	384.547	94.789
Não ligadas vinculadas ao crédito rural	375.497	94.789
Não ligadas	9.050	-
Total	771.274	577.077

a. Em 30 de junho de 2016, os saldos de títulos em posição bancada somam o montante de R\$117.091 (R\$482.288 em 30 de junho de 2015); o saldo em posição financiada soma o montante de R\$269.636, não possuindo saldo no mesmo período do ano anterior. Do total dos depósitos interfinanceiros em 30 de junho de 2016, o montante de R\$359.948 (R\$482.288 em 30 de junho de 2015) referem-se a aplicações com vencimentos iguais ou inferiores a 90 dias da data de aplicação, sem expectativa de mudança significativa de valor e resgatáveis a qualquer momento, portanto, foram considerados como equivalentes de caixa.

Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	30.06.2016	30.06.2015
Posição Bancada	66.409	97.020
Posição Financiada	8.409	-
Depósitos Interfinanceiros	12.282	6.209
Total	87.100	103.229

As rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez estão classificadas na demonstração do resultado como resultado de aplicações interfinanceiras e operações com títulos e valores mobiliários.

5. Títulos e valores mobiliários

a. Classificação por tipo de papel:

Títulos	30.06.2016	30.06.2015
Livres	651.377	801.593
Letras Financeiras do Tesouro (renda fixa)	473.332	394.211
CVS	140.840	150.982
Letras imobiliárias	34.684	254.821
Cotas de fundos de empresas (i)	2.521	1.579
Vinculadas a operações compromissadas	4.577	73.011
Letras Financeiras do Tesouro	4.577	73.011
Vinculadas à prestação de garantia	6.314	3.461
Letras Financeiras do Tesouro	6.314	3.461
Total	662.268	878.065
Circulante	518.907	600.911
Realizável em longo prazo	143.361	277.154

(i) Objetivando promover o desenvolvimento da Amazônia, o Banpará investe no Fundo de Investimento em Participações (FIP Amazônia), cujo objetivo é promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia proporcionando desenvolvimento social, econômico e ambiental. O regulamento do fundo estabelece que a obrigatoriedade de manter o investimento por 12 anos sendo prorrogado por mais 03.

b. Classificação por categoria e vencimento:

	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	TOTAL 30/06/2016	TOTAL 30/06/2015
Títulos para negociação (i)	34.684	-	31.086	222.070	231.068	518.907	725.504
Títulos públicos	34.684	-	31.086	222.070	231.068	518.907	725.504
Letras de crédito imobiliário	34.684	-	-	-	-	34.684	254.821
Letras financeiras do tesouro	-	-	31.086	222.070	231.068	484.223	470.683
Títulos Mantidos até o vencimento (ii)	-	-	-	-	143.361	143.361	152.561
Títulos públicos	-	-	-	-	140.840	140.840	150.982
CVS	-	-	-	-	140.840	140.840	150.982
Títulos privados	-	-	-	-	2.521	2.521	1.579
Cotas de fundos de empresas	-	-	-	-	2.521	2.521	1.579
TOTAL 30.06.2016	34.684	-	31.086	222.070	374.428	662.268	-
TOTAL 30.06.2015	464.146	-	136.765	-	124.593	152.561	878.065

(i) Os Títulos e Valores Mobiliários classificados como disponíveis para negociação, com vencimentos iguais ou inferiores a 90 dias da data de aplicação, com exceção das Letras de crédito imobiliário, são considerados como equivalentes a caixa. Para fins de publicação, os títulos denominados para negociação são apresentados apenas no ativo circulante, conforme § único do art. 7º da Circular BACEN nº 3.068/2001.

Os títulos FIP e CVS estão classificados como Mantidos até o Vencimento.

(ii) Em conformidade com a circular BACEN nº 3.068/2001, o Banpará declara ter capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento".

c. Quantos aos ajustes de marcação a mercado

	30.06.2016		30.06.2015	30.06.2016
	Custo	Mercado		
Para negociação	519.993	518.907	(2.250)	(1.086)
Letras de crédito imobiliário	34.972	34.684	(2.242)	(288)
Letras financeiras do tesouro	485.021	484.224	(308)	(797)
Mantidos até o vencimento (i)	143.361	108.532	(52.908)	(34.829)
CVS	140.840	106.011	(52.908)	(34.829)
Cotas de fundos de empresas	2.521	2.521	-	-

i. Os títulos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo de aquisição, e acrescidos pelos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

d. Quanto aos níveis de informação na mensuração ao valor justo

	Saldo em 30.06.2016			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
TVM disponíveis para negociação, a valor de mercado	518.907	484.224	34.684	-
Letras de crédito imobiliário	34.684	-	34.684	-
Letras financeiras do tesouro	484.224	484.224	-	-
TOTAL	518.907	484.224	34.684	-
	Saldo em 30.06.2015			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
TVM disponíveis para negociação, a valor de mercado	725.504	470.683	254.821	-
Letras de crédito imobiliário	254.821	-	254.821	-
Letras financeiras do tesouro	470.683	470.683	-	-
TOTAL	725.504	470.683	254.821	-

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banpará são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

e. Rendas com títulos e valores e mobiliários

	30.06.2016	30.06.2015
Rendas de títulos de renda fixa	36.686	43.797
Rendas de títulos de renda variável	187	231
Ajustes positivos (negativos) ao valor de mercado TVM	492	(1.098)
TOTAL	37.366	42.930

O Banco não participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos. Em 30 de junho de 2016 e em 2015, o Banco não possuía qualquer saldo não registrado de operações dessa natureza.

6. Relações interfinanceiras

	30.06.2016	30.06.2015
Direitos junto à participação de sistemas de liquidação	8.098	8.053
Relações com correspondentes	858	861
Recolhimentos de recursos do Crédito Rural – BACEN		
Reservas compulsórias em espécie – BACEN (a)	71.881	88.103
Recolhimentos sobre depósitos de poupança – BACEN (a)		
SFH – Créditos junto ao FCVS (b)	55.743	52.913
Outros depósitos compulsórios – Crédito rural Resolução BACEN nº3.310/2005	38.019	10.296
Total	174.599	160.226
Circulante	118.856	107.313
Realizável em longo prazo	55.743	52.913

Composição:

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, basicamente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, com exceção dos decorrentes de depósitos à vista que não são remunerados. A Circular BACEN nº 3.757 de 28 de maio de 2015 permite que as instituições financeiras que possuam Patrimônio de Referência inferior a R\$5.000.000 (cinco bilhões) deduzam, até 24 de junho de 2016, o montante de R\$200.000 (duzentos milhões) da exigibilidade sobre depósito de poupança.

(b) Os créditos vinculados ao SFH correspondem aos valores residuais de contratos encerrados, habilitados e homologados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e em processo de emissão dos títulos CVS pela STN. O Banco possui, na carteira de FCVS, o montante de R\$55.743, referentes a 290 contratos. Atualmente, esses contratos rendem juros de 3,12% e 6,17% ao ano, acrescidos de atualização monetária de acordo com a variação da Taxa de Referência (TR). Esses créditos têm seus saldos mensurados pelos valores efetivamente reconhecidos pela CEF.

7. Operações de crédito

7.1. Composição da carteira com característica de concessão de crédito:

a. Por tipo de Operação

	30.06.2016	30.06.2015
Operações de Crédito		
Adiantamentos a Depositantes	279	691
Empréstimos (i)	3.555.363	3.226.703
Financiamentos	510	775
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	5.300	6.604
Financiamentos Imobiliários	-	10
Total de operações de crédito	3.561.452	3.234.783
Outras rubricas		
Títulos e Créditos a Receber (Nota 8)	34.169	35.847
Operações de Câmbio	-	760
Devedores por Compras de Valores e Bens	-	877
Total em outras rubricas	34.169	37.484
Total da Carteira de Crédito	3.595.621	3.272.267
Circulante	1.571.899	1.425.129
Realizável em longo prazo	2.023.722	1.847.138

b. Por faixas de vencimento e nível de risco:

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	06.2016	06.2015
Parcelas Vencidas (A Vencer)	-	3.338.319	24.484	63.564	11.659	5.880	12.020	5.505	85.579	3.547.010	3.187.370
Até 30 dias	-	167.240	4.294	7.024	1.309	701	626	500	6.284	187.979	171.194
31 a 60 dias	-	65.770	2.459	3.767	509	254	236	214	4.212	77.421	71.657
61 a 90 dias	-	141.328	1.950	3.693	600	286	288	246	4.421	152.812	137.789
91 a 180 dias	-	438.174	4.436	7.869	1.249	663	906	629	11.029	464.955	409.954
181 a 360 dias	-	594.439	3.723	10.551	1.879	965	3.093	992	16.324	631.965	541.741
Acima de 360 dias	-	1.927.372	7.401	29.803	5.617	2.780	6.504	2.744	41.501	2.023.722	1.847.138
Parcelas vencidas até 14 dias	-	3.996	221	857	497	230	367	180	1.807	8.156	7.897
Parcelas Vencidas	-	-	1.303	2.995	2.324	2.074	2.407	2.102	35.806	48.612	84.897
15 a 30 dias	-	-	1.303	677	36	29	32	23	538	2.639	4.197
31 a 60 dias	-	-	-	1.918	741	367	402	290	2.887	6.605	8.677
61 a 90 dias	-	-	-	-	1.547	377	370	265	2.616	5.175	9.541
91 a 180 dias	-	-	-	-	-	1.301	1.602	1.524	8.829	13.256	22.535
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	19.073	19.073	33.499
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	1.863	1.863	6.448
Total em 06.2016	-	3.338.319	25.787	66.158	13.994	7.955	14.427	7.607			

12. Outras obrigações

	30.06.2016	30.06.2015
Circulante		
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	23.779	21.974
Sociais e estatutárias	173	121
Fiscais e previdenciárias	25.631	21.655
Negociação e intermediação de valores Cheque administrativo	653	538
Contrato de assunção de obrigações	2.947	2.144
Obrigações para contribuições ao SFH	1	2
Obrigações por convênios	10.293	9.920
Obrigações por prestação de serviços	8.415	6.349
Provisão para pagamentos a efetuar (a)	78.832	64.583
Credores diversos – País (b)	36.456	38.636
Passivo contingente – Trabalhista (c)	25.139	10.325
Passivo contingente – Cível (c)	10.148	11.301
Passivo contingente – Tributário (c)	2.802	2.834
Passivo contingente – Cessão de crédito rural com coobrigação	403	582
Total do circulante	225.672	190.864
Exigível em longo prazo		
Provisão para pagamentos a efetuar (a)	4.560	12.931
Total exigível em longo prazo	4.560	12.931
TOTAL	230.232	203.795

(a) As principais provisões constituídas no período que compõem o saldo da rubrica "Provisões para pagamentos a efetuar" são:

	30.06.2016	30.06.2015
Circulante		
Provisão com Pessoal	35.989	34.527
Provisão com PLR	11.791	7.600
Obrigações Atuarial	12.241	10.059
Provisão para outras despesas administrativas	17.869	11.073
Outros	942	1.324
Total do circulante	78.832	64.583
Exigível em longo prazo		
Obrigações atuarial	4.560	12.931
Total do exigível e longo prazo	4.560	12.931
TOTAL	83.392	77.514

(b) Em 30 de junho de 2016 os valores registrados em credores diversos- país é composto em sua maioria pelas obrigações com a operadora do cartão de crédito BANPARÁ Mastercard pelo montante de R\$34.212 (R\$36.266 em 30.06.2015).

(c) Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas: O Banco é parte em processos judiciais, de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades. A provisão para passivos contingentes envolve ações trabalhistas e cíveis e cessão de crédito rural, com coobrigação, e de câmbio, as quais são avaliadas e revisadas mensalmente com embasamento nas opiniões de seus assessores jurídicos. A Administração do Banco entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

Probabilidade de perda	Trabalhista	Cível	Tributárias	30.06.2016	30.06.2015
Provável	25.139	10.148	2.802	38.089	24.460
Possível (ii)	52.200	-	-	52.200	44.968
TOTAL	77.339	10.148	2.802	90.289	69.428

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo e cuja realização seja provável, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

Abaixo demonstramos a quantidade de ações e os depósitos judiciais a elas referentes:

Ações	30.06.2016		30.06.2015	
	Quantidade de ações	Depósitos Judiciais (R\$)	Quantidade de ações	Depósitos Judiciais (R\$)
Cíveis (i)	1.525	17.380	1.460	18.223
Trabalhistas (ii)	194	4.655	206	3.195
Tributárias (iii)	18	20.470	26	24.898
Total	1.737	42.505	1.692	46.316

(i) Processos cíveis - são pleitos de indenização por dano moral e patrimonial, na maioria referente a protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e a reposição dos índices de inflação expurgados resumidos de planos econômicos. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro.

(ii) Processos trabalhistas - São ações ajuizadas por empregados ou ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras". Nos processos em que é exigido o depósito judicial, o valor das contingências trabalhistas é constituído, considerando-se a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. O valor mencionado com probabilidade de perda indicada com FOS/VEL, tratam-se de ações civis públicas propostas contra o Banpará, pelo Sindicato dos Bancários do Pará e pela Associação dos Funcionários do Banpará -AFBEPA, cujo objeto é descaracterização de diversas funções de confiança no Banpará, redução da jornada de trabalho Demonstrações Financeiras – Junho/2016 34 para 6 horas, 7ª e 8ª horas como extra e reflexos legais, dentre outros pedidos correlatos - dos últimos 05 anos.

(iii) Obrigações tributárias - O Banco vem discutindo judicialmente a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados, não obstante as boas chances de êxito em médios e longos prazos, de acordo com a opinião de assessores jurídicos. As principais questões em valores reais, em 30 de junho de 2016, são:

- **CPMF:** R\$2.740 (R\$2.353 em 30 de junho de 2015). Trata-se de uma Ação Anulatória de Débito Tributário em que o Banco impugna judicialmente a imposição de multa decorrente da mora na entrega de declarações relacionadas ao CPMF. No mérito, é discutida a legitimidade da referida imposição de multas fiscais criadas por instrumentos infralegais, sem vínculo direto com a lei, no sentido formal e material, em desrespeito ao princípio da estrita legalidade tributária. A tese tem amparo em posição doutrinária e jurisprudencial.

- **ITR:** R\$62 (R\$53 em 30 de junho de 2015). Trata-se de execução fiscal decorrente do não recolhimento de ITR incidente sobre imóvel rural recebido pelo Banco em doação em pagamento. O Banco impugna judicialmente a imputação de responsabilidade tributária efetivada através de execução fiscal já em curso. Os accertamentos da responsabilidade tributária, nesses casos, devem ser efetivados ainda no procedimento administrativo, antes do accertamento definitivo da Certidão de Dívida Ativa (CDA). A tese tem respaldo doutrinário e jurisprudencial.

Movimentação das provisões:

	30.06.2016			31.12.2013		
	Trabalhista	Cível	Fiscais e Previdenciárias	Trabalhista	Cível	Fiscais e Previdenciárias
No início do exercício	15.278	11.387	3.023	2.513	10.084	2.699
Atualização monetária	1.093	965	230	885	1.071	135
Constituições	10.486	11	-	7.907	283	-
Reversões	(1.700)	(20)	(451)	(980)	(51)	-
Pagamentos	(18)	(2.195)	-	-	(86)	-
No final do Semestre	25.139	10.148	2.802	10.325	11.301	2.834

13. Patrimônio líquido

13.1 Capital Social

O Capital Social, subscrito e integralizado, está representado por 9.521.649 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas de domicílios no País e com direito a voto. Os acionistas do Banco do Estado do Pará, em Assembleia Geral Extraordinária, em 08 de junho de 2016, deliberaram sobre o aumento de capital através da incorporação de reservas de lucros, sem alteração do número de ações. Havia registrado na rubrica reserva de lucros o valor de R\$ 122.242 que após incorporação elevou o Capital Social de R\$569.316 para R\$691.762. Ressaltamos que o montante a ser incorporado está registrado na rubrica Aumento de Capital, aguardado homologação do Banco Central do Brasil.

O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas pelos acionistas do Banco.

Acionista	30.06.2016		30.06.2015	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Pará	9.519.433	99,976727%	9.519.433	99,976727%
Caixa de Previdência e Assistência aos funcionários do Banpará	755	0,007929%	755	0,007929%
Administradores	9	0,000095%	10	0,000105%
Demais Acionistas	1.452	0,015249%	1.451	0,015239%
Total	9.521.649	100%	9.521.649	100%

Ações em circulação

O quadro abaixo indica a quantidade de ações emitidas pelo BANCO, em circulação.

Espécie e Classe de Ação	Ações não em circulação ¹	Ações em circulação ²	Total de ações	% Ações em circulação
ON	9.519.442	2.207	9.521.649	0,000232

¹ Compreende ações de titularidade do Estado do Pará e dos Administradores do BANPARÁ.
² Totais de ações emitidas pelo BANPARÁ, excetuadas aquelas identificadas na opção 1, acima.

13.2 Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

O Banpará adota uma política de remuneração do capital distribuindo juros sobre o capital próprio O Banpará adota uma política de remuneração do capital distribuindo juros sobre o capital próprio no valor máximo calculado em conformidade com a legislação vigente, os quais são imputados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social e artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Por conseguinte, em conformidade com o capítulo VII do Estatuto Social e Política de distribuição de dividendos, o Banpará distribui dividendos obrigatórios ao final do exercício, podendo no intervalo, distribuir dividendos interdiários e ou intercalares.

No primeiro semestre de 2016 foi efetivamente pago a título de Juros sobre Capital Próprio o valor de R\$12.621, na data de 15/04/2016, referente ao primeiro trimestre do mesmo ano, conforme aprovado pelo conselho de administração em reunião de 04/04/2016.

14. Gestão de risco

No que diz respeito à gestão de riscos, o Banco desenvolve suas atividades de acordo com recomendações do Comitê de Basileia, alinhada às boas práticas de mercado, utilizando como processos contínuos o aprimoramento das políticas de gestão de riscos, sistemas de controles internos e normas de segurança, todos integrados aos objetivos estratégicos do Banco. São acompanhados, mensurados e mitigados os seguintes riscos: Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional. Objetivando tomar as análises dos Riscos Corporativos mais acuradas, foram adotadas as seguintes ações para o período:

Risco de Mercado:

O Risco de Mercado origina-se da variação do valor dos ativos e passivos, causada por mudanças nos preços e taxas de mercado, mudanças na correlação entre eles e nas suas volatilidades. Para identificar e mensurar as posições que expõem a instituição ao risco de mercado, o BANPARÁ calcula diariamente o VaR (Value at Risk), por meio da metodologia EWMA (Exponentially Weighted Moving Average), para o horizonte de 1 dia, com 95% de confiança. A verificação da aderência do modelo é realizada trimestralmente pela técnica de Backtesting Tunneling, comparando as projeções com os resultados, pelo conceito de túnel (amostra 252 dia). Para a validação do modelo é esperado que o percentual de erro não exceda 10%, ou seja, duas vezes o comprimento do intervalo de confiança adotado (95%).

Análise de Sensibilidade:

O BANPARÁ acompanha o risco de taxas de juros para sua trading e banking, com estimativas do percentual da variação do valor de mercado das operações em relação ao Patrimônio de Referência, com utilização de choque nas taxas de juros que possam causar impactos na carteira do Banco. Tal procedimento permite realizar inferências sobre o risco das posições quando comparados aos patamares atuais dos preços e taxas de mercado e seu comportamento histórico.

O demonstrativo abaixo contém a análise de sensibilidade dos ativos:

• Classificados na carteira de negociação (trading): composto por recursos de tesouraria negociados com compromisso de revenda e de recompra, lastreados em Títulos Públicos Federais (TPF), aplicações em cotas de fundos de investimento, TPF, títulos privados não classificados na modalidade mantidos até o vencimento e Carteira de câmbio ativa (spot); Demonstrações Financeiras – Junho/2016 36

• Ativos não classificados na carteira de negociação (banking): constituído por operações de crédito comercial mantidas até o vencimento, operações de captação de recursos e demais operações do Banco sujeitas ao risco de mercado; inclusive TFP e títulos privados não classificados em trading, serão classificadas como banking, desde que observados o nível de liquidez do papel. Os títulos públicos e privados de baixa liquidez como CVS, CRIs e CCBS serão normalmente classificados na carteira banking.

Para subsidiar a análise foram considerados os cenários, conforme instrução da CVM nº 475/08:

CENÁRIO 1 - situação provável tendo por base as variáveis de mercado com as curvas Pré e TR impactadas, respectivamente, por choques paralelos, com base na variação das curvas de mercado para a data base com o período de 1 ano.

CENÁRIO 2 - situação de deterioração em 25% nas variáveis de mercado por meio de choques paralelos nas curvas Pré e TR, para data base.

CENÁRIO 3 - situação de deterioração em 50% nas variáveis de mercado por meio de choques paralelos nas curvas Pré e TR, para data base.(i) Em 2015 foram efetuados pagamentos trimestrais a título de Juros sobre o Capital Próprio no montante de R\$35.573 conforme definido pelo Conselho de Administração em 18 de outubro de 2011.

Patrimônio de Referência	30.06.2016			30.06.2015								
	713.427						599.249					
	Fator de Risco		Cenários (Mil)		Cenários (Mil)							
Trading (operações para negociação)	Pré	Exposições sujeitas de variações das taxas de juros prefixadas e suporte de taxas de juros.	1	2	3	1	2	3				
			R\$133 (79) Bp	(R\$424) 255 Bp	(R\$963) 588 Bp	(R\$187) 63 Bp	(R\$1.229) 420 Bp	(R\$2.235) 777 Bp				
			R\$77.389 (79) Bp	(R\$233.477) 255 Bp	(R\$505.149) 588 Bp	(R\$2.150) 63 Bp	(R\$324.508) 420 Bp	(R\$562.581) 777 Bp				
Banking (operações mantidas até o vencimento)	TR	Exposições sujeitas a variação da Taxa Referencial, Títulos CVS, Interceios e Poupança.	(R\$ 636) 10 Bp	(R\$18.549) 327 Bp	(R\$32.824) 644 Bp	R\$ 75 (1) Bp	(R\$19.957) 298 Bp	(R\$35.891) 588 Bp				

* A indicação Bp ou pontos base, equivale a pontos centesimais de percentual, ou seja, cada 100 Bp equivalem a 1% de choque aplicados na curva de mercado.

O Banpará é tolerante a variação das taxas de mercado. As sim, mes mo em cenários em que as variações das curvas de preço possam gerar elevadas reduções no valor de mercado de suas posições, a instituição, em princípio, não pretende realizá-las. Além disso, o processo de gestão de riscos é contínuo, promovendo ações proativas para minimização de grandes impactos.

No que refere ao risco cambial, o BANPARA realiza operações de troca de moedas, dólar e euro, bem como operações de financiamento à exportação. Todas as transações realizadas pelo Banpará são monitoradas diariamente. O risco observado nas operações obedece aos limitadores estipulados na Política de Gestão de Risco de Mercado da instituição.

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de políticas de controles, estabelecimento de estratégias de operações e de limites, bem como de outras técnicas de acompanhamento das posições.

Gerenciamento de capital:

Referente exigência mínima de capital estabelecida pela autoridade monetária, que corresponde ao índice de Basileia, cujo valor é em conformidade com Basileia III espelha a relação entre o capital da instituição e as exposições aos riscos de suas operações, o Banco encerrou o 2º trimestre de 2016 com índice de 20,44%, bem acima dos 11,13% estabelecidos pelo BACEN para 2016, demonstrando um índice de solvabilidade capaz de cobrir suas exposições aos riscos, sem comprometer sua margem operacional.

O Banco mantém sua política, inclusive com informações adicionais sobre processos de controle de riscos no site: www.banpara.br, na rota: O BANPARA/ Relação com Investidores/ Sistema Corporativa/ Gerenciamento de Riscos.

	30.06.2016	30.06.2015
Índice de Basileia		
Patrimônio de Referência - PR	713.426	599.248
Nível I	713.426	599.248
Capital Principal	713.426	599.248
Ativos Ponderados pelo Risco - RWA	3.591.188	3.149.838
Exposição ao Risco de Crédito - RWACPAD	3.250.225	2.881.768
Exposição ao Risco de Variação da Taxa de Juros Prefixadas- RWAJUR1	2.309	4.366
Exposição ao Risco de Variação Cambial - RWACAM	2.033	1.548
Exposição ao Risco Operacional - RWAOPAD	336.621	262.154
Risco Banking - RBAN	64.432	52.552
Valor da Margem	294.364	200.213
Índice de Basileia Banpará - IB	19,87%	19,02%

15.Plano de suplementação de aposentadoria e plano de saúde

15.1 Plano de suplementação de aposentadoria

O Banco patrocina, em conjunto com seus empregados em atividade, planos de benefícios de aposentadoria e pensão para os empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é efetuada pela Caixa de Previdência e Assistência aos Funcionários do Banco (CAFBEPA), entidade fechada de previdência privada.

Em julho de 2002, a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) aprovou o novo regulamento do plano de benefícios denominado Prev-Renda, estruturados na modalidade de contribuição definida, contemplando os seguintes benefícios: (a) renda temporária - considerada como benefício programado, enquadrada na modalidade de contribuição definida; e (b) benefícios por morte e por invalidez do participante - considerados benefícios de risco, enquadrados na modalidade de benefício definido, percebidos de forma temporária.

Em dezembro de 2002, iniciou-se o processo de migração do plano com as características de benefício definido para o de contribuição definida, resultando que 96% do total dos participantes concordaram em aderir à migração para o novo plano de benefícios denominado Prev-Renda. São os seguintes os benefícios de complementação de aposentadoria:

a. Plano Básico de Benefício Definido (BD)

Plano de previdência complementar na modalidade de benefício definido. Tem em vista assegurar aos seus participantes a suplementação de aposentadoria e pensão, pecúlio por morte e auxílioreclusão.

A partir da implantação do plano de benefícios denominado Prev-Renda, em 20 de dezembro de 2002, este Plano Básico de Benefícios passou a ser considerado Plano em extinção, não recebendo novas inscrições.

O plano de benefício definido é regido pelo regulamento do Plano Básico, no qual estão todas as normas internas para o cálculo, a concessão e a manutenção dos benefícios, composto pelos seguintes benefícios:

1. Suplementação de aposentadoria por invalidez;
2. Suplementação de aposentadoria por idade;
3. Suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição;
4. Suplementação da pensão por morte;
5. Suplementação do auxílio-reclusão;
6. Suplementação do abono anual.

As estatísticas do grupo de assistidos estão demonstradas nos quadros abaixo:

Participantes assistidos	30.06.2016	30.06.2015
Quantidade	19	19
Idade média (anos)	70	69
Benefício médio (R\$)	4.023	3.657
Pensionistas		
Quantidade	1	1
Idade média (anos)	69	68
Benefício médio	2.633	2.394

As principais premissas atuariais, atualizadas semestralmente, na data do balanço (médias anuais) são:

i) Premissas biométricas:

- Tábua de mortalidade geral: RP-2000 por sexo;
- Tábua de entrada em invalidez: não aplicada, por inexistirem ativos;
- Tábua de mortalidade de inválidos: MI-85 por sexo;
- Tábua de serviço: não empregada por inexistirem ativos.

ii) Premissas econômicas:

- Taxa real de desconto atuarial de longo prazo: 6,44% ao ano, correspondente ao rendimento NTN-B com vencimento em 15/05/2019, selecionada em função do resultado do duration do passivo;
- Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano (para apuração de ganhos e perdas do exercício): 12,87% a.a., composta pela estimativa de inflação anual 5,29% a.a. e pela taxa anual de juros (7,20% a.a.), ambas utilizadas na avaliação de 31/12/2015.
- Taxa nominal do custo dos juros (para apuração de ganhos e perdas do exercício): 12,87% a.a. composta pela estimativa de inflação anual (5,29% a.a.) e pela taxa de juros (7,20% a.a.), ambas utilizadas na avaliação de 31/12/2015.

- Taxa de rotatividade: não aplicável;
- Taxa real de progressão salarial: não aplicável;
- Taxa real de reajuste de benefícios: 0,00%;
- Taxa real de reajuste dos benefícios da previdência social: 0,00%;
- Fator de capacidade para salários: 97,44%;
- Fator de capacidade para benefícios: 97,44%;
- Taxa esperada de inflação no longo prazo: 5,29% ao ano;
- Atualização monetária aplicada aos salários e benefícios: 8,08% (INPC de setembro/15 a maio/16).

iii) Outras Premissas:

- Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados: Não aplicada
- Hipótese sobre a Composição da Família de Pensionistas: dados cadastrais informados pela entidade.

b. Plano Prev-Renda de Contribuição Definida (CD)

Plano de previdência complementar na modalidade de contribuição definida. Compõe-se de um segmento de contribuição definida puro, com vistas a proporcionar renda temporária (benefício programado), mediante a formação de poupanças individuais através de contribuições mensais do Banco e de cada participante. Por outro lado, o plano também assegura benefícios de risco, na forma de benefício definido, destinado a assegurar pecúlio por morte e por invalidez do participante.

O plano de contribuição definido é regido pelo regulamento do Plano Prev-Renda, no qual estão todas as normas internas para o cálculo, a concessão e a manutenção dos benefícios, compostos pelos seguintes benefícios:

- 1) Renda temporária;
- 2) Benefícios por morte e por invalidez do participante ativo ou autopatrocinado;
- 3) Benefícios por morte do participante em gozo de benefício;
- 4) Pecúlio por morte ou por invalidez.

a) Por tipo de imposto:

Créditos Tributários	Saldo 31.12.2015	Constituição	Realização	Saldo 30.06.2016
Diferença Temporária – IRPJ	110.361	-	(6.352)	104.009
Diferença Temporária – CSLL	63.215	-	(5.082)	58.133
Total	173.576	-	(11.434)	162.142

Até 30/06/2016, o Banco efetuou a ativação do montante de R\$ 231.109 de C créditos Tributários – Diferença Temporária, provenientes de Provisão p/Créditos em Liquidação, sendo que R\$ 68.967 foi realizado ao longo dos exercícios.

b) Por tipo de origem:

Créditos Tributários	Saldo 31.12.2015	Ativação em 2016	Realização até 30.06.2016	Saldo Ativ. 31/12/2014
Diferença Temporária PCLD	173.576	-	(11.434)	162.142
Total	173.576	-	(11.434)	162.142

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente, quanto ao incremento, à reversão ou manutenção, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, em montante que comporte os valores registrados, conforme demonstrado através de Estudo Técnico, na forma que estabelecem a CVM e o CMN.

O quadro abaixo apresenta a previsão de realização dos valores de Créditos Tributários ativos provenientes de Provisão p/Créditos em Liquidação:

Expectativa de realização dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

Expectativa de realização dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

Com a majoração da alíquota para 20%, incidente sobre as Diferenças Temporárias de CSLL na realização do Crédito Tributário, considera-se um impacto a maior na realização desses créditos, no montante de R\$ 6.979, no período de 1º de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018.

c. Créditos tributários não ativados

O Banco possui registrados Créditos Tributários não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social, sobre diferenças temporárias no montante de R\$ 63.081, conforme demonstrado, desses, R\$ 34.251 são provenientes de Provisão p/Créditos em Liquidação. Em 31 de dezembro de 2015, o Banco não apresentava estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Projeção de realização	2016	2017	2018	2019	2020	2021 a 2025	Total
Crédito Tributário de I.R	4.291	10.324	10.014	11.015	10.905	51.712	104.009
Créd. Tributário de C. Social	3.432	8.259	8.011	6.609	6.543	31.027	58.133
Total dos créditos	7.723	18.583	18.025	17.624	17.448	82.739	162.142
Taxa média de captação a.a. (%)	10,02%	9,02%	8,26%	7,72%	7,53%		
Valor presente do crédito tributário	6.851	15.120	13.547	12.297	11.322		

b. Créditos tributários não ativados

O Banco possui registrados Créditos Tributários não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social, sobre diferenças temporárias no montante de R\$ 84.750, conforme demonstrado, desses, R\$ 54.988 são provenientes de Provisão p/Créditos em Liquidação. Em 30 de junho de 2016, o Banco não apresentava estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Descrição	Saldo 31.12.2015	Movimentação	Provisão	Saldo 30.06.2016	Crédito tributário
Provisão para Créditos em Liquidação	66.192	-	46.082	112.274	54.988
Provisão para Outros Créditos	37.949	(7.138)	-	30.810	12.324
Provisão para Passivos Trabalhistas	15.278	-	9.859	25.138	10.700
Provisão para Ações Cíveis	11.387	(1.239)	-	10.148	3.942
Prejuízos em Operações Swap	516	-	-	516	129
Provisão para Riscos Fiscais	3.023	(221)	-	2.802	1.115
Provisão para Outros Valores e Bens	3.578	-	137	3.715	1.552
Total das Adições Temporárias	137.923	(8.598)	56.078	185.404	84.750

19. Outras receitas e despesas

19.1 Outras receitas/despesas operacionais:

Outras receitas operacionais	30.06.2016	30.06.2015
Recuperação de encargos e despesas	65	70
Atualização monetária de INSS	201	-
Atualização monetária de depósitos judiciais	3.084	4.116
Atualização monetária de valores ativos	4	6
Atualização monetária de IR e CSLL a Compensar	132	7
Outros Créditos em Liquidação	758	737
Ordem de Pagamento em Moeda Estrangeira	457	371
Provisão Ferias, 13 Salário e Lic. Prêmio	1.124	-
Ações Judiciais	1.055	36
Outros	27	353
Total	6.907	5.696

Outras despesas operacionais	30.06.2016	30.06.2015
Carteira imobiliária	16	422
Despesas de desc. Concedidos em renegociações	27	24
Despesa atualização de impostos e contribuições	230	135
Atualização monetária De valores passivos	122	69
Atualização ações judiciais	10.473	9.215
Ações judiciais	4.810	316
Varição e Dif. de Taxa	1.841	1.225
Ordens de pagamento em moedas estrangeiras	377	716
Outros crédito	16	25
Despesas de Outros créditos de liquidação	971	1.077
Outras	1.095	183
Total	19.978	13.407

19.2 Resultado não operacional

Outras receitas (despesas) não operacionais	30.06.2016	30.06.2015
Desvalorização de outros valores e bens	213	643
Recuperação de clonagem de cartões e boletos	1	150
Insustistências passivas	24	25
Superveniências ativas	9	1
Lucros na alienação de valores e bens	507	103
Diferença de caixa - Mnp-05010202/a	71	9
Descumprimento de contrato	177	339
Concursos públicos – Banpará	948	-
Recuperação de crédito previdenciário	1.577	-
Outras receitas não operacionais	114	147
Insustistências ativas	(799)	(419)
Prejuízos na alienação de valores e bens	-	(203)
Clonagem de Cartões e Boletos	-	(333)
Superveniências passivas	(1)	(208)
Roubo por assalto	(2.183)	(794)
Outras Despesas não operacionais	(366)	(62)
Total	292	(602)

19.3 Receitas de prestação de Serviços

Receita de Prestação de Serviços	30.06.2016	30.06.2015
Rendas de adm. de fundos de investimentos	104	103
Rendas de adm. fundos de desenvolvimentos	1.024	1.370
Rendas de transferências de fundos	683	649
Rendas de cobrança	19	3
Rendas de pacotes de serviços - PF	19.536	15.499
Rendas de serviços diferenciados - PF	341	327
Transferência internacional - Banpará Mastercard	11	10
Transferência nacional - Banpará Mastercard	1.458	1.300
Compensação de documentos	1.870	1.590
Rendas de outros serviços	437	590
Total	25.483	21.441

19.4 Rendas de tarifas bancárias

Receita de Tarifas Bancárias	30.06.2016	30.06.2015
Confecção de cadastro	2	17
Exclusão do cadastro de emitentes de cheques sem fundos	166	191
Contra ordem, posição e sustação de cheques	12	39
Fornecimento de folhas de cheque	87	125
Saque de conta depósitos a vista e de poupança	1.294	1.195
Fornecimento de extrato mensal ou de período	106	169
Transferência por meio doc/ted	102	567
Concessão de adiantamento a depositante	344	357
Cartão de crédito básico – anuidade	1.126	1.282
Cadastro	33	38
Contas de depósitos	1.430	748
Transf. Entre contas da própria instituição	39	26
Transferência de recursos	808	216
Operações de crédito	96	157
Outras Rendas	2.342	2.263
Convênios	4.919	4.576
TOTAL	12.906	11.966

19.5 Despesas de pessoal

Despesas de Pessoal	30.06.2016	30.06.2015
Honorários	997	989
Encargos Sociais	31.983	28.849
Benefícios	22.716	18.568
Proventos	80.096	64.885
Renumeração de Estagiários	725	566
Treinamento	795	765
Total	137.312	114.622

19.6 Outras despesas administrativas

Outras Despesas Administrativas	30.06.2016	30.06.2015
Água e Energia	3.529	3.074
Aluguéis	5.388	4.510
Comunicações	12.376	14.137
Contribuição Filantrópica	69	41
Manutenção e Conservação de Bens	3.555	3.311
Material	993	1.125
Processamento de Dados	32.246	20.841
Promoções e Relações Públicas	2.613	2.633
Propaganda e Publicidade	3.859	2.371
Publicação	1.372	780
Seguro	134	115
Serviços do Sistema Financeiro	8.854	6.164
Serviços de Terceiros	12.690	13.235
Serviços de Vigilância	19.100	15.093
Serviços Técnicos Especializados	3.799	4.042
Transportes	7.605	6.903
Viagens	446	472
Multas Aplicadas	6	15
Amortização	4.368	3.587
Depreciação	5.943	6.142
Outras Despesas Administrativas	2.640	2.153
Total	131.585	110.744

19.7 Despesas tributárias

Despesas Tributárias	2015	2014
Contribuição ao PIS/PASEP	3.351	2.985
Contribuição ao COFINS	20.622	18.208
Imposto s/ Serviço de Qualquer Natureza- ISS	1.891	1.605
Outras Despesas Tributárias	651	548
Total	26.515	23.346

20. Outras informações

Em 13/07/2016 o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio do segundo trimestre de 2016, no valor de R\$12.848. O efetivo pagamento ocorreu no dia 29/07/2016.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas do

Banco do Estado do Pará S.A.

Belém - PA

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco do Estado do Pará S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Estado do Pará S.A. em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao semestre findo em 30 de junho de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco do Estado do Pará S.A., cuja a apresentação é requerida de acordo com a normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belém, 12 de agosto de 2016	
KPMG Auditores Independentes	André Dala Pola
CRC 2SP014428/O-6	Contador CRC 1SP214007/O-2

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal do Banco do Estado do Pará S.A. - Banpará, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo artigo nº 163 da Lei nº 6.404/76, tendo examinado o Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa, correspondentes ao semestre e exercício findos naquela data, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes e do Relatório da administração, constataram que o critério das normas contábeis observado na elaboração das citadas demonstrações, confirma a posição financeira e o resultado das operações do Banco e que as mesmas refletem, com clareza, as atividades desenvolvidas pela Instituição no período". Deste modo, se manifestam favoráveis à sua aprovação.

Belém (PA), 19 de fevereiro de 2016	
Conselho Fiscal	

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do Banco do Estado do Pará S.A. - BANPARÁ, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso V, do art. 142 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, examinou as demonstrações contábeis relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2016, acompanhadas do Relatório da Administração, relatório do Auditor Independente, KPMG - Auditores Independentes, e do Conselho Fiscal, e com base na análise efetuada, aprovou, por unanimidade, os documentos, por refletirem adequadamente a situação econômico-financeira da Instituição.

Belém (PA) 24 de agosto de 2016.	
Conselho de Administração	

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

1. SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
Em conformidade com o Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que, baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2016 do Banco do Estado do Pará S/A – Banpará, não havendo qualquer discordância.

2. SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em conformidade com o Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que revimos as Demonstrações Contábeis relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2016 do Banco do Estado do Pará S/A – Banpará e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondentes aos períodos apresentados.

Belém (PA), 12 de agosto de 2016.	
Diretoria Colegiada	

Conselho de administração	
Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha Presidente	Timara de Souza Miranda Membro
Augusto Sérgio Amorim Costa Membro	José Carvalho de Melo Filho Membro
Braselino Carlos da Assunção Sousa da Silva Membro	Marco Antônio Lima de Gusmão Membro

Diretoria Colegiada	
Augusto Sérgio Amorim Costa Diretor Presidente	Jorge Wilson Campos e Silva Antunes Diretor
Braselino Carlos da Assunção Sousa da Silva Diretor	Geize Maria Teixeira da Silva de Figueiredo Diretora
Márcia Regina Maués da Costa Miranda Diretora	Eugênio Luis de Sousa Pessoa Diretor

Conselho Fiscal	
Maria Adélia Macedo Monteiro Membro	José Maria Tavares Teixeira Membro

José Munhos Nina Membro	Marta Pinheiro de Barros Contador CRC (PA) nº 11.584-O5
-----------------------------------	---